



Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

Utilidade Pública Federal, Portaria nº 1.531/06

Utilidade Pública Estadual, Lei nº 7423/99 - Utilidade Pública Municipal, Lei nº 1.383/94

C.N.P.J. 63.094.346/0001-16

Av. das Nações, 04 – J. Castelo Branco - cx.p. 21 – 48907-218- Juazeiro- BA – BR

Tel. (0xx74) 3611-6481 – Fax: (0xx74) 3611-5385 e-mail irpaa@irpaa.org

1 - Seca no Semiárido?

Para iniciar a conversa gostaria de fazer uma correção terminológica. O termo “seca”, ao meu ver, não cabe bem no contexto climático do semiárido. A palavra “seca” quer caracterizar uma situação climática excepcional, de baixa pluviosidade, numa região que normalmente apresenta chuvas regulares. Esta definição não se aplica ao SAB (Semi Árido Brasileiro). Anos de mais baixa precipitação não devem assustar a ninguém, ao contrário, devem ser considerados como fator de produção. Quando um ano de baixa precipitação assusta a sociedade, os Governos dos Estados e em Brasília, então isto é unicamente o sinal que somos até hoje uma região mal compreendida. Para a Natureza, os seus animais e plantas, um ano como o de agora, não é nenhuma catástrofe. Em milhares de anos souberam se adaptar e criar resistência. Uma catástrofe, isto sim, é a falta de preparo dos nossos Governos. Tiveram três décadas, deste a última grande seca, para não, mais uma vez, serem apanhados de surpresa. Assim, mais uma, precisam tomar medidas de emergência, gastar somas vultuosas, para evitar maiores prejuízos econômicos e mortes na população.

Depois de alguns anos que órgãos governamentais começavam a usar o termo “Convivência com o Semiárido” (CSA), voltou agora com toda força a fala antiga do “combate à seca”. Parece que, o uso da CSA era mais um modismo, para agradar as ONGs, mas no fundo o imaginário continuava do “combate”.

Aliás, o termo “combate à seca” foi escolhido com muita inteligência. Ele quer mostrar a grande preocupação, a garra do Governo com uma calamidade. Investe milhões em dinheiro – mas infelizmente a Natureza é contra. Embora que deveria chover, novamente vem uma seca. No caso de um incêndio a ação do Governo funciona. Envia os carros com escada Magirus, os bombeiros com suas grandes mangueiras.....

Pois é não se pode combater ecossistemas, variações climáticas, direção de ventos e o sol. Precisa de Políticas Públicas, que façam a região produzir de maneira segura para si e para o mercado, viver sem catástrofe, exatamente com este clima que temos. Também não convêm usar o termo “convivência com a seca”. “Seca” possui um atributo negativo, de sofrimento. Não é isso que queremos, viver em sofrimento e falta de recursos. Não! Queremos conviver com o clima que existe aqui há 8 ou 10.000 anos, onde, com anos de muita chuva e outras com pouco, a Natureza criou um sistema ecológico único, de grande riqueza e variedade. Quem conhece a Caatinga de uma ou duas gerações atrás, fala da vegetação fechada, dos seus animais, das sariemas, veados, das nuvens de revoada, dos bandos barulhentos de periquitos. Quem, hoje em dia, tem notícia de uma onça suquarana?

Para entender mais sobre nossa região, o que ela oferece, onde ficam os limites e quais são as propostas para uma vida econômica estável, quero destacar em primeiro lugar alguns elementos.

1.1 - Sobre o clima no Semiárido:

A estiagem recente no Semiárido Brasileiro se enquadra no comportamento previsível do tipo climático, com suas chuvas irregulares, no tempo e no espaço geográfico. Quer dizer, nunca se sabe

quando se terá outra chuva nem em que área ela cairá. O padrão macroclimático nos diz somente o período provável, de grosso modo, da chuva, p.ex, na região de Juazeiro começa no início de dezembro e se estende até fins de março. Mas nunca se sabe quando iniciará mesmo o período chuvoso, nem quando será a última chuva. E tem mais: a irregularidade é muito mais acentuada em certos anos. Não é novidade,¹ pois desde a grande seca dos anos 80, é patente que acerca de cada 26 anos há uma estiagem forte.

São muitos os “ingredientes” que fazem chover ou que impedem a chuva no SAB: A Zona de Convergência Inter Tropical, el niño, la niña, frentes frias do sul, a temperatura da água da porção do Oceano Atlântico que se encontra entre o Nordeste do Brasil e África Além das contribuições feitas pelos humanos, através de desmatamentos, plantios extensos de pastos e grãos inadequados, trazendo consequências, uma vez que, a terra despida da sua roupa de Caatinga aquece o ar demasiadamente e, por sua vez, empurra as nuvens em alturas inadequadas.

Podemos dizer que, a cobertura intacta da Caatinga é o regulador da temperatura e da chuva, mantendo a fertilidade das terras e amenizando as influências naturais sobre o clima.

O clima semiárido se instalou entre 8 e 10.000 anos atrás e o comportamento das chuvas é mais documentado pelos viajantes e padres portugueses. A população nativa porém, adaptou-se perfeitamente às chuvas irregulares, cobrindo toda área do Semiárido com suas aldeias e caminhos migratórios.

1.2 - Sobre a ocupação do Semiárido:

Esta vida da população indígena integrada ao ambiente semiárido, foi brutalmente interrompida pela invasão dos Portugueses.

Assim, o grande mal que se fez ao SAB não vem de agora ou do século passado. Vem desde a primeira invasão pelos portugueses e tem tudo a ver com a monocultura de cana de açúcar no litoral nordestino. O gado, indispensável para o manejo da cana de açúcar e para a alimentação da população humana, num certo momento, numa época em que não existia o arame farpado, não podia mais ficar próximo às plantações e foi, por decreto governamental, mandado para o interior. E já em 1640 se estabeleceu o primeiro curral para gado bovino no médio São Francisco, dando assim início a uma sequência até hoje mantida: uma política concebida fora da região, introduzindo algo não adaptado ao clima, servindo a interesses estranhos. Não demorou e se formaram dois imensos latifúndios que ocuparam toda a região desde o Maranhão até Minas Gerais: os morgados da Casa da Torre e outro da Casa da Ponte. Para o povo, só existia lugar com o vaqueiro, que mantinha sua rocinha para alimentar a família, mas ele nunca poderia ser dono daquele pedaço de chão. Essa é a origem da agricultura familiar na região.

Estamos numa fase de nova invasão do SAB, que é mais devastadora que a dos portugueses. São os grandes projetos que expulsam a população, destroem a caatinga, explorando os bens naturais, sem maiores benefício para as populações locais, causando desertificação. A exemplo das Mineradoras, grandes projetos energético e de irrigação. Tais projetos ampliam a concentração de renda, o êxodo rural. Para os grandes fica o lucro e para o povo as “bolsas”, perda das terras e subemprego.. Prometem “emprego”, para um povo que não necessita de emprego, pois já tem seu ganho de vida, como homem livre, na agricultura e criação de animais, mas necessita de segurança na terra e a terra, em tamanho adequado para as condições de semi aridez.

2 - O que é CSA

2.1 - Aprender da Natureza, para viver bem no SAB.

Durante a última grande seca de 1979 a 1983, fui convidado a acompanhar uma equipe de reportagem para retratar os acontecimentos no Sertão Nordeste. Partimos de Recife, viajamos longitudinalmente pelo Estado da Paraíba e atravessamos Pernambuco, em direção à Bahia. Foi assustador o que vimos. Levas de gente nas estradas, fogões de lenha nas casas, sem nenhuma brasa, armazéns da COBAL saqueados e frentes de serviço fazendo estradas que a primeira chuva depois levaria ou barragens em terras do fazendeiro. Mas quando atravessamos a ponte sobre o Rio São Francisco e nos dirigimos ao Distrito de Massaroca, Município de Juazeiro, parecia que tínhamos mergulhados em outro mundo. A feira abastecida de tudo que se precisa, farinha, feijão e rapadura, roupas e chocalhos...., as árvores em torno da praça ocupadas pelas cordas dos jegues e cavalos amarrados e o povo alegremente tomando sua pinga.

Um dos agricultores nos convidou para a casa dele para almoçar. Relatamos por onde que passamos só vimos fome e miséria. Aqui choveu por acaso? Para a roça choveu nada, foi a resposta, só sobrou um pouco de mandioca na roça. Nem milho, nem feijão. Mas temos o criatório (cabras e ovelhas) e o pasto para eles é a Caatinga. Aqui é uma grande área de Fundo de Pasto. Aqui ninguém passa necessidade.

Momentos como este fizeram descobrir e definir o novo paradigma da Convivência com o Semi Árido, jogando para o lixo da história o “Combate à Seca”.

E não foi muito diferente agora: num telefonema com a cooperativa de beneficiamento de frutas nativas (como umbu e maracujá do mato)

COOPERCUC, dos três municípios Canudos, Uauá e Curaçá, o presidente me contou que conseguiram facilmente alcançar e até ultrapassar a meta visada, atendendo assim a todas as encomendas. Foram 190.000 toneladas de frutas nativas da Caatinga. E outro: ainda em maio e agora sábado passado inauguramos três mine fábricas para beneficiar frutas nativas, dentro das medidas do nosso programa de ATER e do Reaatingamento. Foram eventos muito festivos, com churrasco de carne de bode gordo, reunindo toda vizinhança do povoado interiorano. Os baldes cheios de umbu maduros, davam brilho à festa. Os de fora se admiraram, onde está a seca que se fala tanto? São comunidades tradicionais, que tiram seu sustento básico da criação de animais de médio porte e onde à Caatinga preservada é o fundamento.

Não podemos generalizar esta situação benigna. Pois a maioria dos agricultores, por circunstâncias históricas e políticas, é obrigada a sobreviver em cima de uma terra pequena e dependendo principalmente do plantio da roça – ambos os casos inadequados para a realidade do SAB. Representa um erro secular o direcionamento das políticas públicas para o plantio de roças – só para os que tem pouca terra.

Fundo de Pasto

O Fundo de Pasto, uma forma apropriada de organizar as propriedades:

Um jeito que o povo encontrou de viver bem no Semiárido, é se organizando em comunidades de Fundo de Pasto, forma tradicional de posse de terra no Semiárido, remota desde as Sesmarias, atende a esta característica - preservação e viabilidade econômica. As áreas de pasto não são individualizadas, não possuem cercas para separar cada propriedade. Os animais de todos os proprietários pastam livremente em toda a área, deslocando-se sempre para aquelas manchas verdes onde choveu recentemente. Com isso eles evitam super pastoreio e garantem animais bem alimentados. Organizando dessa maneira a terra, de forma coletiva, a área necessária por família pode ser bem menor, mesmo na Depressão Sertaneja: entre 80 e 100 hectares. A área do Fundo de Pasto fica sob a responsabilidade de uma associação, dos próprios donos. Temos belos exemplos de como essa forma organizacional eleva a consciência ambiental e protege a Caatinga, na região de Canudos. Infelizmente, o Fundo de Pasto só é legalmente possível no Estado da Bahia, porém o processo de escrituração está parado há vários anos. E mesmo aqui, só em algumas áreas restritas.

2.2 - Tamanho apropriado da terra para o clima semiárido:

Todos falam agora da falta e da má distribuição da água, mas a questão de fundo na verdade é a falta e a má distribuição da terra!

Precisamos assim, mais uma vez insistir num fato que muitos preferem não mencionar, por ser incômodo, por tocar em privilégios de uma minoria e de ser perigoso e, em muitos casos, até mortal. Trata-se da questão da terra, ou melhor, do tamanho dela. A Embrapa Semiárido afirma² que nas áreas da grande Depressão Sertaneja, as mais secas do Semiárido, uma propriedade necessita de até 300 hectares de terra para ser sustentável, sendo a atividade principal a criação de caprinos e ovinos. Assim, a principal forma de preservar o nosso bioma, a Caatinga, é garantir às famílias um tamanho de terra adequado às condições de semiaridez. Quanto menor a quantidade de chuva na região, mais terra se precisa. Então, qual é a realidade? Propriedades de dois, três, dez hectares, enquanto no outro lado da cerca uma única pessoa possui dois, três dez mil hectares. É preciso elaborar uma proposta de reforma agrária apropriada às condições socioambientais do Semiárido. Em muitos casos as famílias possuem terra, são da terra, mas só precisam dela em tamanho suficiente para ter uma produção estável, podendo garantir reservas e assim suportar as instabilidades climáticas. Sendo assim, poderemos esquecer para sempre os programas famigerados como, carros-pipa, cestas de alimentos, seguro safra e, ultimamente, a “bolsa estiagem”.

Evidentemente, o tamanho da terra necessário para viver bem no Semiárido varia de região para região, depende da chuva local, da fertilidade do solo, da formação topográfica... Mas sempre é maior do que de fato as famílias possuem, ou o que o Incra disponibiliza nos seus assentamentos ou é alcançável financeiramente pela cédula da terra.

2.3 - O conceito da plurianidade:

Tudo no SAB é diferente do que consta nos livros agrônomicos, o que se lê nos manuais dos bancos e o que se vê na execução de obras hídricas. Observando a precipitação ao longo dos anos, percebe-se uma grande variação de ano em ano, mas somando vários anos a média fica razoável. A Caatinga com suas plantas e animais se adaptou perfeitamente a esta variabilidade. Acumulam reservas de água e nutrientes, umas possuem raízes profundas e potentes, para alcançar a água, outras na flor da terra para captar até uma garoa, produzem e reproduzem menos em anos mais secos, mas não morrem por causa de um ano assim.

As atividades introduzidas pelos humanos precisam atender ao conceito da pluri anuidade. A reserva de água precisa ser planejada, não para oito meses, mas para dois anos ou mais. As forragens não podem se esgotar dentro de poucos meses ou de um ano. Precisam ser produzidas nas propriedades. O banco não pode esperar que o retorno do financiamento aconteça “depois da estação chuvosa”. Todos os créditos agrícolas e pecuários precisam ser repensados conforme esta pluri anuidade.

Plantas adaptadas

(sejam forrageiras ou para o consumo humano) ao Semi árido:

- 1 - conseguem sobreviver um estresse hídrico maior, causado pela demora da próxima chuva, sem perder produtividade. Sabem esperar, como o sorgo;
- 2 - possuem raízes profundas, de vários metros (as do feijão de arranca ficam em torno de 20 cm);
- 3 - são plantas perenes ou semi perenes. A fase mais crítica para a sobrevivência de uma planta é o período logo depois do seu nascimento: precisa estabelecer seu sistema radicular, seu caule, suas folhas. Uma planta perene/semi perene já possui tudo isto. Um pouco de chuva já é suficiente para re-ativar seu metabolismo, criar novas folhas e proceder para uma nova floração e frutificação. O feijão quando é um bom exemplo

2.4 - A Educação Contextualizada

Só haverá CSA com Educação Contextualizada. Não se pode pensar o Semiárido Brasileiro com seu bioma Caatinga de forma isolada, com propostas setoriais. A educação escolar tradicional tem contribuído muito para divulgar uma imagem de inviabilidade econômica, feiura e morte. Ainda recentemente, encontramos um livro didático, no capítulo sobre os biomas brasileiros, que mostrava uma foto da Caatinga nos meses da estiagem, com a legenda inacreditável: “Caatinga morta”. Na verdade, os arbustos e árvores retratados somente estavam em hibernação, cheios de seiva e nutrientes, esperando apenas a primeira chuva para se vestirem novamente em abundantes roupas de folhas e flores. Ou seja, precisamos de uma educação contextualizada, que leve o contexto da vida dos alunos, as plantas da Caatinga, a sua casa de adobe, para dentro da sala de aula. Tivemos experiências magníficas nesse sentido com os alunos, prestando atenção de maneira inacreditável, sendo as faltas às aulas quase não registradas. Materiais didáticos nesse sentido já existem. Precisamos que o Ministério da Educação e Cultura faça uma volta de 180 graus em termos de políticas educacionais, pois não é somente necessário que exista material didático apropriado. É indispensável que a formação de professores nas universidades seja, desde o início, no sentido da contextualização e que a formação continuada do corpo docente acompanhe a proposta. A “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” nos dá respaldo total nesse sentido.

É importante ressaltar que a Educação Contextualizada tem princípios universais e deve ser trabalhada em todas as realidades, não somente restrita aos ambientes rurais, mas deve alcançar também as escolas nas cidades, sedes dos municípios: muitos dos alunos da área rural hoje em dia estudam nas cidades, por força da legislação das escolas nucleadas. Além disso o Bioma da Caatinga circunda todas estas aglomerações urbanas, muitos dos alunos possuem raízes nele e precisam ter a oportunidade de receber as informações corretas.

Outro aspecto importante e necessário é que a Educação Contextualizada seja pautada pelas Universidades, nos diversos sistemas de ATER, enfim em todos os espaços educacionais.

2.5 - Gênero e Geração no Semiárido:

A proposta de Convivência com o Semiárido, busca também refletir sobre as relações entre as pessoas e destas com o meio ambiente. Em se tratando das relações entre as pessoas, não podemos deixar de fora a abordagem de gênero. Essa discussão é fundamental em qualquer projeto de desenvolvimento no semiárido, principalmente porque busca compreender as relações históricas construídas culturalmente entre homens e mulheres. Historicamente, a sociedade tem sido estruturada sob relações desiguais de gênero, estando as mulheres numa situação de subordinação e opressão em relação aos homens nos espaços de decisão, no trabalho, na família e na política. O desafio nesse processo é trabalhar uma nova concepção nas relações entre homens e mulheres. Estas relações devem possibilitar a participação efetiva das mulheres na tomada de decisões e construção de políticas de desenvolvimento. Ou seja, construir as relações entre homens e mulheres a partir dos princípios da igualdade, da equidade e da justiça.

Assegurar a abordagem de gênero ao se trabalhar a proposta de Convivência com o Semiárido, visa romper com a discriminação social e discutir com igualdade o papel de cada pessoa no desenvolvimento humano e sustentável dessa região. Nesse processo busca-se garantir o direito da mulher aos recursos como: abastecimento de água e alimentos em quantidade e qualidade; acesso à terra, crédito, trabalho e renda, formação profissional, escolarização, saúde, mercado, e o controle e gestão de benefícios sócios políticos.

Uma outra abordagem importante dentro dessa proposta é a discussão de Geração, especialmente com o foco voltado para a juventude. O mote principal dessa abordagem é pensar no processo de

formação da juventude para que esta possa conhecer melhor a sua realidade e, num processo técnico-educativo, possa socializar estes conhecimentos junto às famílias e comunidades locais e do seu entorno. A formação para a juventude, a partir dos princípios da Convivência com o semiárido, traz várias possibilidades e oportunidades para se trabalhar novos rumos da educação, da organização comunitária, do envolvimento nos eventos sócio-culturais, do crescimento pessoal/individual ao coletivo/comunitário e a efetiva participação na construção/implementação de Políticas Sociais Públicas e inclusivas.

2.6 - Cinco linhas de luta pela água

Uma região semiárida precisa diversificar as fontes de água, conforme sua utilização final. Mas precisa estar atenta à formação geológica. É teimosia escavar reservatórios profundos em áreas de calcário ou arenito e querer poços com água em quantidade com subsolo cristalino (80% do SAB!), onde não há lençol freático. Mas as cinco linhas de luta pela água valem para o Semiárido, observando as variações conforme a geologia. A realização das cinco linhas de luta pela água, precisa ser acompanhada pela preocupação de conquistar o tamanho de terra adequada às condições de semiaridez.

São estas as linhas:

- Água de beber, deve vir de preferência da captação da água da chuva em cisternas, que seja construída no pé da casa, dando um acesso confortável à água aos moradores.

- Água para a comunidade para uso doméstico, banho, lavar louça e roupas, e para os animais, fornecida por meio de tanques, caxios, barreiros trincheira, estreitos mas profundos, cacimbas, poços.

- Água para a agricultura, suprida por meio de barragens subterrâneas, irrigação de salvação (cisterna ou barreiro), captação em estradas para irrigação de árvores frutíferas, aração em curva de nível, com sulcos para armazenar água de chuva in situ; uso de esterco e cobertura seca para reter a umidade do solo para as plantas; cultivo de variedades adaptadas às condições climáticas.

- Água de emergência para os anos de longa estiagem, fornecida por poços profundos e pequenas barragens estrategicamente distribuídas. Este ponto seja uma solução transitória, enquanto os três pontos anteriores não foram completamente alcançados.

- Água para o meio ambiente: proteção de olhos d' água e da mata ciliar, prevenção de poluição de aguadas, não desmatar a Caatinga, nem queimar as roças. Pois a Caatinga intacta e o solo grumoso proporcionam uma boa infiltração da água de chuva, evitando erosão. Além disso o tratamento do esgoto, o reúso e a reciclagem da água. p.ex. para irrigação de capineiras e fruteiras.

Esta visão deve ser a base para elaboração de Planos de Água Municipais, realizados em todos os municípios do Semiárido, e elaborados pela sociedade civil e administração pública. É preciso construir propostas adequadas para abastecimento hídrico dos núcleos urbanos do Semiárido.

Importante, neste ponto, falar da Transposição do Rio São Francisco: é uma obra que visa beneficiar grandes empresas e empreendimentos, abastecer cidades litorâneas, mas não tem nada a ver com “matar a sede do Nordeste” como a propaganda oficial martela. A divulgação dos supostos benefícios (que não fala da situação precária do Rio São Francisco) parece muito eficiente: recebemos há algum tempo um e-mail de gente do Sul, nos chamando fora da realidade, pois como podemos ser contra uma obra que finalmente vai resolver o problema da água para o Nordeste? Melhor que muitas palavras, é citar um lavrador de Pernambuco que falou mais ou menos assim:

Para resolver os problemas do Semi-árido não precisamos apelar para o São Francisco. O São

Pedro dispõe de água mais que suficiente para sermos uma região próspera.

3 - Fica a pergunta: como prosseguir, para não ser pegos de surpresa outra vez?

Assistimos, há mais um desfile dos carros-pipa (só no município de Casa Nova, aqui no Norte da Bahia, contamos 96 carros pipo em serviço simultâneo), o ressurgimento com toda força da indústria da seca – agora enriquecida com novos elementos perversos, - e lamentamos, mais uma vez, décadas perdidas pelos Governos nas quais poderia ter dotado o SAB com infraestruturas e políticas corajosas, para que nunca mais se repetisse algo como a seca dos anos 80.

Mas sabemos, para o povo agora é a hora de cuidar da vida, ter carro pipa, achar preço bom para os animais, procurar emprego para alimentar a família. Ir atrás de subsídios do Governo. Serão longos meses de sol quente, de poeira e de muitas caminhadas e viagens. Será uma luta, uma batalha, até alcançar a próxima chuva.

Mas como em toda batalha, existe sempre o pensamento sobre o que será depois. E o que podemos e devemos fazer para que nunca mais sejamos surpreendidos por uma situação com esta agora?

Ou será que depois das primeiras chuvas encherem as cisternas e os campos se tingirem de verde, pensaremos que nunca mais se repetirá uma estiagem como esta?

Com certeza se repetirá e pode ser pior, desde que o processo de desmatamento e a concentração da terra continue. Provavelmente, se junte até um novo ingrediente: pode ser que o aquecimento global acentue a irregularidade e aumente a evaporação da água.

3.1 - Dez preceitos para a produção no Semiárido

O bioma Caatinga é a garantia para a vida do povo, é o patrimônio nativo do Brasil e é um bem que deve ser herdado de maneira intacta aos filhos e netos. Onde a Caatinga não existe mais, os efeitos de estiagens são muito mais devastadores. Precisamos estudar com profundidade o ecossistema do SAB. A Natureza nos quer ensinar, precisamos saber entender a sua fala e pôr a suas mensagens em prática.

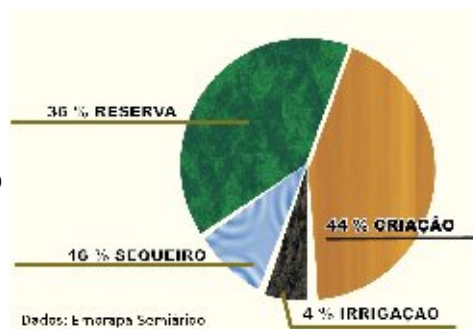
1. Tamanho da terra: os Zoneamentos Agro-ecológicos realizados pela Embrapa precisam, além de mostrar o uso correto da terra, conforme o conjunto clima-solo, indicar também a área mínima para que uma propriedade seja viável, mesmo em anos mais secos. Estes dados devem ser a base para titulação de terras e assentamentos do INCRA, créditos bancários etc.
2. Priorizar sistemas descentralizadas de abastecimento de água, tendo a coleta da água da chuva como ponto de partida.
3. Perseguir a sustentabilidade para não ocorrer desertificação: criação de animais de maneira inadequada, animais impróprios para o Semiárido, desnudação de grandes áreas e plantas que não suportam o clima, além da concentração fundiária, são as causas da desertificação.
4. Reaatingamento para repor a vegetação e riqueza da Caatinga perdida.
5. Priorizar a produção animal de pequeno e médio porte, pois o SAB é por excelência uma região pecuária.
6. Para manter a riqueza da caatinga e seu aproveitamento racional para a criação de animais e

extrativismo, precisa do manejo correto, fazer reservas alimentares para os meses sem chuva e maiores do que para um ano, para não precisar comprar “farelos” na cidade. Isto deve ser o ponto de partida, entre outros, para a Assistência Técnica e Extensão Rural.

7. Em regiões, com microclimas/nichos climáticos, onde a agricultura pode ser indicada é indispensável a escolha de plantas que consigam lidar com a grande irregularidade das chuvas. Porém, para que o agricultor tenha depois sucesso na venda dos seus produtos, espera-se mais flexibilidade dos órgãos estaduais na promoção de sua comercialização. Assim, o Seguro Safra pode ser algo do passado ou então existirá somente para anos extremos.

8. O extrativismo e conseqüente beneficiamento e comercialização a exemplo do Umbu, do maracujá do mato e outros, tem mostrado o grande potencial econômico e também em termos de preservação do bioma, quando a agricultura familiar assume a etapa da transformação dos produtos primários. A inclusão destes produtos nos programas locais de alimentação deve ser prioridade em todos os níveis governamentais. Não há como tolerar que uma prefeitura compre doce de goiaba, de péssima qualidade, de um fornecedor do Rio Grande do Sul, enquanto na sua porta são disponíveis produtos locais, orgânicos e reconhecidos pela qualidade.

9. Devido o grande potencial da Caatinga e a pouquíssima expressividade de áreas irrigadas - somente em torno de 4% do SAB são economicamente aptos para a irrigação. As Universidades de Agronomia e Escolas Técnicas do Semiárido devem concentrar esforços para um ensino agrônômico dirigido para as atividades de sequeiro no SAB.



10. Trabalhar estes pontos com as comunidades e suas organizações sociais, nos diversos fóruns, redes e articulações, para propor e construir políticas públicas a partir da Convivência com semiárido.

Os conceitos acima, são incompletos, porém básicos e propõem a meta a alcançar nestes próximos 26 anos, os quais se enquadram no paradigma da Convivência com o Semiárido. São propostas estruturantes que garantem a autonomia dos agricultores familiares.

Pois é, querendo combater a seca, nunca ganharemos. A Convivência com o Semiárido procura entender a natureza e cada vez mais e organizar a vida e a produção conforme os parâmetros encontrados.

Juazeiro, 2 de julho 2012

2 de julho 1823, o dia em que a Bahia conquistou a independência para o Brasil

¹Não é uma seca inusitada, mas prevista de longas datas pelos estudos do Instituto de Atividades Espaciais-(IAE) de São José dos Campos. Esta previsão foi chamada de “Prognóstico do Tempo a Longo Prazo” Baseia-se em interpolações e pesquisas cuidadosas fundamentadas no histórico pluviométrico da região nordeste. A cada 26 anos ocorre uma grande seca, como aconteceu a de 1979/84 quando o DNOCS e outros órgãos dos estados nordestinos receberam antecipadamente relatórios sigilosos analisando e alertando para o que iria ocorrer. Não é um modelo matemático na acepção do termo, mas um “Método Estatístico de Correlação,” estudo que passou a merecer toda a credibilidade dos técnicos e dos poderes administrativos. Dr. Manoel Bomfim: <http://www.irpaa.org/publicacoes/divulgacao/seca-no-estado-da-bahia.pdf>

² FILHO, C.G., LOPES, P. R. C., SILVA, G. C. P. Elementos para formulação de um programa de convivência com a seca no semi-árido brasileiro. Embrapa, Petrolina 2003